

# TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT) E TESAUROS

Regina Helena van der Laan  
Doutora em Letras  
Professora Adjunta  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Ramiro Barcelos, 2705  
CEP: 90035-007  
Porto Alegre-RS  
Brasil  
[rhvdl@ufrgs.br](mailto:rhvdl@ufrgs.br)

## RESUMO

Relato de estudo que estabelece uma interface entre a Teoria Comunicativa da Terminologia — TCT e a metodologia para elaboração, atualização, adaptação e tradução de tesouros. Discute os princípios metodológicos de elaboração de tesouros baseados no princípio da univocidade e caracterizado pela monorreferencialidade. Saliencia a existência de variações terminológicas. Parte do pressuposto de que a relação que se estabelece entre um sistema de recuperação da informação — SRI e os usuários do sistema é uma relação de comunicação, sendo, portanto, necessário que os códigos empregados, quer no processo de representação, quer no processo de recuperação das informações, sejam compreensível por ambos os interlocutores. Sinaliza para a necessidade de uma nova abordagem em relação ao tratamento dos descritores aproximando-os a uma unidade lexical terminológica. Este trabalho insere-se no eixo temático - Projetos para desenvolvimento de competência em informação

**Palavras-chaves** Terminologia. Teoria Comunicativa da Terminologia. Tesouro.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem sua origem na pesquisa que realizamos para a tese de doutoramento.

No mundo globalizado em que estamos imersos, destaca-se o papel da informação como elemento necessário e fundamental para a tomada de decisões em qualquer âmbito. Nesse contexto, salienta-se o papel do profissional bibliotecário que irá mediatizar o processo de acesso a essas informações através de procedimentos de organização e representação documental.

O desenvolvimento dos recursos tecnológicos que possibilitou a informatização dos catálogos e a posterior disponibilização dos mesmos em redes de acesso remoto, determina o surgimento de um novo modelo, emergindo, assim, o paradigma de acesso direto às informações. Nesse novo modelo, temos o usuário como agente autônomo em suas buscas informacionais. Esse usuário acessa as diversas bases de dados por meio de um computador, que pode estar localizado em qualquer lugar, inclusive em outro país, muitas vezes até mesmo na própria biblioteca, sem necessariamente solicitar ajuda ao profissional.

Nesse novo paradigma, amplia-se significativamente a problemática do processo de indexação, principalmente no que se refere à representação temática das informações, ou, mais especificamente, ao uso de uma etiqueta ou rótulo indexador. Nesse modelo, o usuário elabora suas estratégias de busca utilizando-se da linguagem de especialidade a que está acostumado, que nem sempre irá coincidir com a utilizada no SRI. Devemos observar que, mesmo quando tratamos de uma linguagem de especialidade, própria de um grupo de especialistas, há uma dinâmica que cria novos termos, ressignifica termos consagrados, provocando variações para conceitos já denominados.

Por outro lado, esse novo usuário da informação, não mais presente, possui características e interesses específicos, utiliza-se de uma linguagem própria, possui um perfil que não pode ser facilmente determinado pelo bibliotecário através de estudos de usuários, representa um público bastante heterogêneo, mesmo em se tratando de um especialista.

A diversificação do público representa, também, o uso de uma linguagem heterogênea, que pode ser uma linguagem altamente especializada, técnica ou de vulgarização científica.

Outra questão que decorre dessa nova relação usuário/SRI, dificultando o processo de comunicação entre os dois interlocutores, refere-se à idéia de que cada conceito de um domínio do conhecimento é representado por um único termo indexador.

Como em muitos SRI, ainda, somente a unidade de indexação autorizada é registrada, conseqüentemente, torna-se a única possibilidade de acesso às informações, o usuário que verbalizar o mesmo conteúdo utilizando-se de uma outra expressão, que não a autorizada pelo sistema, não obterá sucesso em suas buscas. Isto ocorre porque nem todos os SRI disponibilizam em suas bases um campo de termos equivalentes, o que permitiria ao usuário acessar as informações desejadas utilizando termos variantes que pertencessem ao seu domínio lingüístico, desde que esses termos constassem como termos equivalentes no vocabulário controlado adotado pelo sistema, fazendo parte, assim, da chamada rede de remissivas.

A diferença entre a linguagem utilizada pelo sistema e a utilizada pelo usuário, ao buscar informações, pode ter como resposta um alto índice de revocação com um baixo índice de precisão, sendo recuperados documentos não pertinentes aos interesses do pesquisador, gerando excesso de ruído. Ou, então, ao contrário, documentos importantes não são recuperados, resultando no que se denomina de silêncio do SRI.

Esse fato evidencia a importância do vocabulário utilizado no processo de representação/recuperação das informações nos diferentes SRI. Nessa perspectiva, consideramos que os tesouros por sua estrutura e pela organização dos descritores, melhor dão conta dessa problemática, mas necessitam de uma nova abordagem metodológica, na qual os descritores sejam entendidos como unidades de representação e também de comunicação.

Podemos de forma geral afirmar que um tesouro é o vocabulário controlado de um domínio específico do conhecimento, sendo que, em sua organização, se busca evidenciar as relações conceituais dessa área de especialidade. Dessa forma, entendemos que as unidades lexicais registradas nesses instrumentos de indexação deveriam ser constituídas em conformidade com a terminologia desse domínio específico do conhecimento. Além do que, por serem unidades lexicais comportam sinonímia e variação, evidenciando-se, assim, a importância do controle do vocabulário. Mas sem perdermos de vista o

fato de que os descritores são unidades léxicas de uma área do conhecimento, criadas, significadas e/ou re significadas por falantes.

Dessa forma, este estudo fundamenta-se na interface entre a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e os tesouros. Com esse enfoque integrador, objetivamos obter elementos para uma nova abordagem metodológica de elaboração de tesouros.

Nosso trabalho é norteado pelo pressuposto de que a relação que se estabelece entre um SRI e seus usuários, é uma relação de comunicação. Dessa forma, é necessário que os códigos utilizados pelos interlocutores sejam coincidentes ao máximo possível. Entendemos que a unidade de base do código comutador, no presente caso, é uma unidade lexical especializada, ou seja, um termo pertencente a um domínio específico do conhecimento. Essas unidades lexicais especializadas ocorrem em situações discursivas reais e não *in vitro*, comportando sinonímia e variação.

Importante salientar que do nosso ponto de vista o emprego de um vocabulário controlado, visando à padronização da representação das informações refere-se ao produtor do índice, o bibliotecário, e não ao seu destinatário, o usuário do sistema de informação. Entendemos que o destinatário da informação não é obrigado a conhecer a linguagem de indexação utilizada, ou, ainda, os recursos de informática, ou as políticas biblioteconômicas.

Dessa forma buscamos aproximar as necessidades dos destinatários da informação especializada e sua realidade lingüística com os princípios básicos necessários à organização e tratamento dessas informações.

## **2 TERMINOLOGIA**

O reconhecimento da importância da Terminologia está relacionado à preocupação dos cientistas dos séculos XVIII e XIX com a proliferação de termos que dificultavam a comunicação entre os especialistas. O grande desenvolvimento

científico e tecnológico ocorrido, principalmente a partir do final do século XIX, provocou o surgimento de novos conceitos e novas áreas de especialização e, conseqüentemente, de novos termos. Nesse contexto, emerge a problemática das negociações comerciais, dificultadas pela utilização de nomenclaturas diferentes pelos diversos países. Dessa forma, a necessidade de entendimentos comerciais em nível internacional determina o surgimento de padrões industriais e, conseqüentemente, de suas nomenclaturas. (CABRÉ, 1993)

Essa problemática se amplia, nos dias atuais, com o surgimento dos grandes blocos econômicos, que vêm alterando as relações comerciais internacionais e mesmo toda uma sorte de intercâmbios, forçando a compatibilização de termos técnicos, comerciais e científicos entre as diversas línguas.

Nessa perspectiva, o processo de normalização e padronização dos termos propostos pela Terminologia Clássica, em princípio, propiciaria uma comunicação mais viável entre os especialistas, uma vez que todos utilizariam o mesmo signo lingüístico para transmitir suas descobertas e idéias em uma determinada área do conhecimento, além de uma considerável melhora nas comunicações comerciais.

Os princípios norteadores da Terminologia Clássica, a univocidade e a monorreferencialidade, que também norteiam os procedimentos de elaboração de um tesouro, tem sido insuficiente para dar conta de toda a problemática da terminologia especializada. E por conseqüência entendemos que não dá conta com a qualidade necessária no processo de representação/recuperação de informações.

Para a Teoria Geral da Terminologia - TGT, proposta por Wüster, não pode haver polissemia. Cada conceito é expresso por um único e inequívoco termo. O registro dos termos baseia-se no uso, aceito ou aprovado, pela comunidade de cientistas. O modelo norteador é prescritivo, que impõe o termo que deverá ser usado em uma comunicação especializada. É possível observar, no entanto, quer no discurso oral, quer no escrito dos especialistas, a existência

de uma expressiva criação terminológica. Segundo Sager (1993), a observação do uso possibilita identificar variações lingüísticas dos termos.

Para a TGT, os termos não pertenceriam ao léxico geral e, portanto, não estariam sujeitos às normas da língua. Assim, a TGT seria uma teoria sistemática que atenderia às necessidades de um processo comunicativo padronizado. (CABRÉ, 1999)

### **3 TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT)**

A padronização terminológica especializada não é garantia de uma relação comunicativa bem sucedida. Isso ocorre porque em situações profissionais reais há uma multiplicidade de registros que mantém seu caráter especializado, mas apresentam características de unidades lexicais manifestadas em outras situações discursivas.

Nessa perspectiva, os termos podem fazer parte dos signos da linguagem natural, integrando-se ao acervo lingüístico do falante através de um aprendizado especializado. Partindo dessas reflexões, Cabré (1999) defende uma teoria que possa dar conta de toda essa complexidade.

Salientamos alguns princípios do que Cabré (1999), considera como pontos base para uma nova teoria para a Terminologia, ou seja, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), a qual julgamos poderá servir de referência teórica para uma nova abordagem metodologia de elaboração de tesouros. Princípio de que um termo é poliédrico, ou seja, tem uma dimensão lingüística, uma cognitiva e uma social; princípio do caráter comunicativo da terminologia, dessa forma toda a unidade terminológica apresenta de alguma forma uma finalidade comunicativa; princípio sobre a variação basea-se no fato de que todo o processo comunicativo comporta variação, explicitadas sob mais de uma maneira de denominar um conceito (sinonímia) ou situações de polissemia; condição de linguagem natural; condição de comunicação especializada; entre outros.

Em uma perspectiva de variação Faulstich (2000, p.68) afirma que: “A polifuncionalidade da unidade lexical, no discurso científico, no discurso técnico ou no discurso de vulgarização científica pode produzir mais de um registro ou mais de um conceito para o mesmo termo.”

Como método para classificar as variantes terminológicas, criaram-se critérios de classificação, de acordo com as tendências sistemáticas em que os termos se repartem. Surgiram, portanto, dois grupos. Um de variantes terminológicas propriamente lingüísticas e outro de variantes terminológicas de registro.( FAULSTICH, 2000)

Dessa forma, para Faulstich (2000) as variações terminológicas lingüísticas classificam-se em: a) variante terminológica fonética - o registro pode ser feito de acordo com a forma falada; b) variante terminológica morfológica - há alternância de estrutura de ordem morfológica; c) variante terminológica sintática - duas construções sintagmáticas alternam-se com função de predicação de uma UTC (unidade terminológica comunicativa); d) variante terminológica lexical - há o apagamento de algum item da estrutura lexical sem alterar o conceito; e) variante terminológica gráfica - o termo é registrado sob mais de uma forma.

E as variantes terminológicas de registro, a autora afirma que ocorrem no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal, classificando-se em: a) variante terminológica geográfica - são expressões para designar um mesmo conceito utilizado por falantes de uma mesma língua em regiões diferentes. Por exemplo, temos **sinaleira** utilizada no Rio Grande do Sul; **farol** no nordeste; ou **semáforo** no sudeste (expressões preferencialmente utilizadas nestas regiões). Que ocorrem no plano horizontal; b) variante terminológica de discurso - são as expressões utilizadas para um mesmo conceito nos diferentes níveis de discurso (nível científico, técnico ou de divulgação científica). Isso ocorre para permitir o entendimento do texto pelos diferentes públicos; c) variante terminológica temporal - são designações, para um mesmo conceito, que concorrem durante

um período de tempo, firmando-se a preferência pela mais recente em substituição a anterior, deixando esta última em desuso. ( FAULSTICH, 2000)

#### **4 TERMO E DESCRITOR: ALGUMAS APROXIMAÇÕES**

Do ponto de vista da TGT, os termos são unidades de conhecimento criados com a finalidade de denominar conceitos de uma área específica. Conforme já referimos os termos são estabelecidos de acordo com o princípio de univocidade e caracterizados pela monorreferencialidade. Essa assertiva encontra respaldo nas ditas ciências sistemáticas, como a biologia ou zoologia, mas não se confirma na criação terminológica de outras áreas, principalmente nas áreas humanas, cujos termos são unidades lexicais que adquirem estatuto de unidade terminológica no momento em que passam a denominar um conceito de um determinado campo de conhecimento.

Nesse momento, procuramos estabelecer uma nova inter-relação com a Terminologia, olhando o descritor em uma perspectiva maior e não apenas com a finalidade de denominar conceitos em um SRI, mas aproximando-o ao termo, visto como uma unidade lexical terminológica que se encontra em funcionamento nos discursos especializados e, portanto, comportam sinonímia e variação.

Dessa forma, um termo é uma unidade com características lingüísticas, utilizada em um domínio de especialidade, caracterizando-se, assim, por sua dupla funcionalidade: a de representação e a de transmissão de conhecimentos especializados. (VAN DER LAAN, 2002)

Para Krieger (2000) na Terminologia Clássica, o conceito assume um papel relevante, uma vez que o termo é um rótulo utilizado para designá-lo. Essa perspectiva conceitual explicaria a exclusão da dimensão lingüística da Terminologia do ponto de vista dos seguidores da TGT.

É importante salientar que, para Wüster (1998), as terminologias expressam conceitos e não significados. “Ao contrário destes que são lingüísticos

e variáveis em conformidade com o contexto, os conceitos científicos são estáveis, paradigmáticos, universais.”(KRIEGER, 2000, p.181).

O léxico especializado apresenta um caráter multidimensional e poliédrico, podendo ser concebido a partir de três dimensões distintas: da lingüística; da filosofia; e, das diferentes disciplinas científicas. Do ponto de vista lingüístico, o termo é visto como uma unidade de significação; para a filosofia, é uma unidade de conhecimento; e, para as diferentes áreas do conhecimento, é uma unidade de representação. Ou seja, o termo é uma unidade de conhecimento de um domínio de especialidade; é uma unidade de comunicação e divulgação do conhecimento científico; e, é uma unidade lexical. Do ponto de vista lingüístico, os termos são parte do léxico geral e, portanto, pertencem à gramática do falante. Esse falante possui uma competência geral e também poderá ter uma especializada. Os termos pertencem à competência especializada desse falante, posto que se incorporam ao seu léxico através da aquisição de um conhecimento especializado. (CABRÉ, 1993)

O desenvolvimento científico e tecnológico tem provocado o surgimento de novas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, de novos termos relacionados a essas áreas. As novas Terminologias, ao contrário das pioneiras nomenclaturas, instituem-se, na sua maioria, em consonância com o léxico comum.

É possível observar que muitas unidades da língua adquirem *status* de termo em uma área de especialidade, mas continuam com o seu uso no léxico comum. Além do fato de que uma unidade lexical ou, especificamente, uma unidade terminológica pode pertencer a domínios diferentes, alterando o seu significado de acordo com o novo contexto. Um bom exemplo é a palavra indexação, que significa ato ou efeito de indexar, ordenar em forma de índice. Indexação é hoje um termo conhecido e utilizado em larga escala na Economia, no sentido de indexação da economia de um país. Mas também é utilizado em Biblioteconomia no sentido de organização das informações visando ao seu acesso. (VAN DER LANN, 2002)

## **5 PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Partimos do entendimento de que um tesouro é a organização conceitual de uma área de especialidade e os descritores são rótulos ou etiquetas, utilizados com a finalidade de representar esses conceitos. Sendo, assim, entendemos que os descritores aproximam-se dos termos, cuja função é representar e transmitir o conhecimento especializado.

Tínhamos, ainda, como pressuposto que a relação entre um usuário e um SRI é uma relação comunicativa, sendo, portanto, necessário que o código utilizado pelo emissor e pelo emitente seja coincidente.

Trabalhamos, ainda, na perspectiva da atual realidade virtual na qual os SRI estão disponibilizados em rede de acesso remoto, fornecendo informações para uma população usuária muito heterogênea, não mais se restringindo ao público específico de uma instituição.

Nosso estudo foi organizado em duas etapas. Na primeira etapa, analisamos um tesouro de uma área de importância atual, vista de sua organização estrutural, além de realizarmos um estudo comparativo de alguns descritores com obras de referência, dicionários e glossários da área ambiental, visando verificar se os mesmos estavam, conceitualmente, em conformidade com a terminologia da área temática em questão. Tomamos como pressuposto que as obras de referência, dicionários, glossários e/ou vocabulários especializados são representativos da Terminologia de uma área de especialidade. Na segunda etapa, foi realizada uma busca junto a algumas bases de dados disponíveis via INTERNET, utilizando, principalmente, os descritores registrados no tesouro selecionado para nosso estudo. Essa segunda etapa objetivou verificar se esses descritores representavam a terminologia da área a que se referia, permitindo, dessa maneira, o acesso às informações registradas em diferentes bases de dados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa preocupação com este trabalho foi verificar se os tesouros, como concebidos atualmente, são instrumentos suficientemente aptos para o processo de indexação, possibilitando, em conseqüência, uma bem sucedida recuperação de informações. Entendemos que as bases de dados, disponibilizadas em redes de acesso remoto, poderiam, de certo modo, possibilitar que especialistas de diferentes instituições obtivessem as informações de que necessitam.

Nessa perspectiva, tínhamos como objetivos verificar a representatividade dos descritores como unidades de representação/recuperação de informações especializadas e, ainda, analisar a estrutura organizacional dos tesouros. Os princípios e normas norteadores da elaboração de um tesouro determinam o método de coleta e tratamento dos descritores, não sendo possível compreender-se toda a problemática dessas unidades de indexação sem um estudo global desse instrumento. Assim tornou-se fundamental para este trabalho procedimentos de análise que desse conta de todo esses problemas, ampliados na atual realidade, na qual a informação transita em um mundo virtual não mais se restringindo a um único sistema, a uma única instituição.

A realidade virtual implica redefinir procedimentos, traçar um novo perfil de usuário, repensar, enfim, todo um tratamento tradicional da informação, reescrevendo-o para esse novo ambiente, no qual não há demarcações fixas de espaço.

Nesse novo ambiente, destaca-se a importância do código utilizado para representar/recuperar as informações. Isso significa repensar as unidades de indexação, ou seja, os descritores, em uma perspectiva comunicacional, uma vez que a relação entre usuário e sistema de recuperação de informações é um processo comunicativo mediatizado por um código.

Com este entendimento, buscamos, principalmente, em obras sobre metodologia de elaboração de tesouros, os fundamentos para a construção desses instrumentos de indexação. Assim, percebemos que a problemática dos descritores iniciava já na sua concepção, expressa pela maioria dos autores como entidades constituídas por unidades do léxico comum, às quais seriam aplicadas regras restritivas com o objetivo de controlar a sinonímia, a homonímia e a polissemia para fins de indexação.

A análise que fizemos de obras sobre metodologia de elaboração de tesouros nos permite afirmar que esses instrumentos de indexação são elaborados sob bases empíricas sem maiores reflexões teóricas.

O estudo do tesouro que foi nosso objeto de estudo, possibilitou-nos observar, pontualmente, esse caráter prático e pouco reflexivo. Nessa análise, pudemos perceber vários elementos que entendemos como fatores possibilitadores de uma perda de eficiência dos descritores, incluídos nesse instrumento como mediadores entre a informação e o usuário. Destacamos a falta de um referencial teórico norteador da elaboração desse tesouro, o não esclarecimento do método de coleta de descritores e a não indicação de, pelo menos, algumas das principais fontes utilizadas, além de não obtermos nenhuma informação sobre consultores especialistas para validarem essas unidades como elementos de indexação.

Dentre os problemas que observamos em relação ao tratamento dos descritores, destacamos a inclusão de descritores denominando conceitos referentes a outras áreas de conhecimento. Salientamos, ainda, que muitos desses descritores estavam representando conceitos relacionados intimamente ao tema central, mas haviam sido incluídos como termos associados, ou, ainda, estavam isolados, configurando uma outra temática ou outra hierarquia.

Nessa mesma perspectiva relacionada à coleta e ao tratamento, percebemos, em várias situações que havia dois descritores representando o mesmo conceito, tendo sido considerados termos autorizados, indicando que

cada um se referia a conceitos diferentes. E ainda pudemos observar que vários termos relacionados com a temática central do tesauro não haviam sido incluídos como descritores, o que denominamos de vazios terminológicos.

Com base no exposto e no levantamento que realizamos em bases de dados, podemos afirmar que, de modo geral, esses descritores apresentam-se inadequados como um elemento de comunicação, dificultando um diálogo entre um usuário e um SRI. Justificamos nossa afirmação principalmente com os resultados que obtivemos ao acessar as bases de dados, uma vez que somente 25% do vocabulário que utilizamos acessaram todas as bases.

Entendemos que se faz necessário uma nova abordagem de tratamento e coleta de descritores, principalmente no que tange aos chamados não-descritores. Assim, estamos evidenciando o nosso ponto de vista de que o controle do vocabulário utilizado no processo de indexação é importante, mas não pode fundamentar-se em critérios redutores impedindo que um usuário encontre o que necessita por ter empregado, como expressão de busca, um termo não autorizado. Salientamos que os atuais recursos de informatização permitem que os sistemas registrem os termos não autorizados, possibilitando ao usuário chegar às informações desejadas por qualquer que seja a expressão utilizada nas suas buscas. Mas esses recursos só terão sua eficácia demonstrada se o instrumento de controle do vocabulário utilizado no processo de indexação tiver sido elaborado adequadamente, ou seja, se, e somente se, o tesauro, representando o campo de domínio a que se refere, registre a linguagem especializada, juntamente com possíveis sinônimos e variações.

A luz desses princípios, procuramos estabelecer uma inter-relação com a Terminologia por meio de aproximações entre um descritor e um termo. Entendemos que se os descritores receberem um tratamento adequado de unidades lexicais terminológicas, considerando as realizações discursivas, serão mais representativos na inter-relação SRI e os usuários. Desse modo, revela-se a necessidade de uma metodologia que dê conta de toda essa problemática. Nessa nova abordagem de tratamento dos descritores é produtiva uma aproximação

com a Teoria Comunicativa Terminologia que contrariando a visão prescritiva clássica busca dar conta dos termos em funcionamento.

Concluindo nosso posicionamento, salientamos, ainda, que sendo um tesouro concebido como uma linguagem controlada de uma área específica de conhecimento, tendo, portanto, um caráter universal, faz-se necessário que as metodologias norteadoras de sua elaboração não incluam normas ou observações relativas a problemas específicos de uma unidade de informação. Dessa forma, salientamos que itens pertinentes à política ou a procedimentos de indexação, tais como explicações sobre indexação pré-coordenada ou pós-coordenada, grau de especificidade ou nível de linguagem, entre outros, não fazem parte das orientações metodológicas de elaboração de um tesouro.

Com isso queremos reafirmar a importância de rever as bases conceituais norteadoras dos tesouros, estabelecendo-se uma inter-relação com a Teoria Comunicativa da Terminologia — TCT o que lhe permitira melhor cumprir a função de instrumento de indexação cujo fim último é possibilitar o acesso à informação.

## **COMUNICATIVE THEORY OF TERMINOLOGY – CTT AND THESAURY.**

### **ABSTRACT**

A study understood a interrelationship between thesauri and the Communicative Theory of Terminology – CTT and the methodology for elaboration of thesauri, It is backed by the presumption that the relation which is established between an information retrieval system - IRS and the users of the system is a relation of communication. Signals to a new approach towards handling descriptors, relating them to a terminological lexical unit.

**KEYWORDS:** Communicative Theory of Terminology – CTT. Thesauri.

### **REFERÊNCIAS**

CABRÉ, Maria Teresa. **La Terminología: representación y comunicación.** Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA; Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, Maria Teresa. **La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones.** Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

FAULSTICH, Enilde. Variação em Terminologia. Aspectos de Socioterminologia. In: GUERRERO RAMOS, Glória; PÉREZ LAGOS, Manuel F. (coord.). **Panorama Actual de la Terminología.** Granada: Editorial Comares, 2002. p. 65-91.

KRIEGER, Maria da Graça. A Face lingüística da terminologia. In: LEFFA, Vilson J. (org.) **As palavras e sua companhia: o léxico na aprendizagem das línguas.** Pelotas: EDUCAT, 2000.

SAGER, Juan C. **Curso Práctico sobre el Procesamiento de la Terminología.** Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1993.

VAN DER LAAN, Regina Helena. **Tesouro e Terminologia: uma inter-relação lógica.** 2002. 262 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WÜSTER, Eugen.. **Introducción a la Teoría General de la Terminología y a la Lexicografía Terminológica.** Barcelona; IULA; Universitat Pompeu Fabra, 1998.